

Potência e derrelição: uma análise da Metarreciclagem como política radical de mídia

LUIZ CARLOS PINTO DA COSTA

Esse artigo analisa uma forma de ação coletiva conhecida como Metarreciclagem, uma das políticas radicais de mídias em prática contemporaneamente, que se coloca em oposição ao controle do capital sobre a produção e compartilhamento de informação, conhecimento e cultura. Analisa-se tal prática sob a ótica da sociologia de Alberto Melucci e da teoria da hegemonia de Gramsci. Considera-se como pressuposto a concentração do setor de comunicação no Brasil e suas conseqüências em termos de destituição da fala e relativa anulação da política, nos termos apontados por Francisco de Oliveira. Argumenta-se que, em sintonia com processos históricos verificados desde o final da década de 1960, tais formas de ação representam o advento de novos modelos de articulação política, potencializados por usos contra-hegemônicos de tecnologias da informação e comunicação. Esse artigo é ainda o resultado de um projeto de pesquisa de doutorado em andamento que tem entre as metodologias adotadas o uso de entrevistas semi-estruturadas.

Palavras-chave: *Ação coletiva, movimento social, metarreciclagem, política, tecnologia da informação, hegemonia*

This paper it's about a colective action named Metareciclagem, a media radical policy in oposition to capitalist control upon production and sharing on information, knowledge and culture. The paper analises Metareciclagem under Melucci's sociology and the Gramsci's hegemony theory. It is taken as a fact the unfear arrangement of communication sector at Brazil and some consequences. Such actions represents new models of policy articulation reforced by non-hegemonic uses of communications and information technologies. This article is yet

the result of a doctorate research in which some interviews are used as metodologic procedures.

Key words: *Collective action, social movement, mearreciclagem, politics, information technology, hegemony.*

Introdução

Nos últimos 200 anos a produção de informação, cultura e comunicação tem estado atrelada preponderantemente a uma economia industrial. Esse ambiente se complexificou nos últimos 30 anos, graças a mudanças de ordem tecnológicas, econômicas e de práticas sociais. Novas formas de produção e troca de informações foram desenvolvidas, com implicações em áreas muito diversas, como desenvolvimento de softwares, jornalismo, vídeos e formatos de Tv. Tais experiências e desdobramentos sugerem aquilo que Yochai Benkler (2007) considera um ambiente em que os indivíduos têm maiores possibilidades de desenvolver uma participação mais ativa do que era possível na economia industrial da informação e comunicação – hegemônica ainda hoje.

São promissoras as possibilidades e experiências advindas de uma autêntica economia do conhecimento: elas acenam com uma plataforma para mais intensa participação política; criam meios para fomentar uma cultura mais crítica e reflexiva e sugerem melhorias para o desenvolvimento humano em todas as frentes. Entretanto, como diversos autores têm mostrado (Gorz, 2003; Benkler, 2005; Lazzarato, 2004; Lessig, 2005; Simon, 2007; Silveira, 2007 e outros), essas

possibilidades ameaçam os modelos hegemônicos da produção e exploração industrial da informação, da cultura e do conhecimento. Esses autores mostram, de formas diferentes, que o conhecimento, a informação e a cultura, ante as possibilidades técnico-sociais de se converterem em bens acessíveis a todos, são mantidos artificialmente como propriedades privadas e escassas, por meio de monopólios temporários (amparados em marcos normativos) e de ferramentas tecnológicas, para continuar a serem vendidas como mercadorias.

É nesse sentido que o campo de atuação dos ativismos de mídia no Brasil a que se refere esse artigo vai além das questões mais diretamente relacionadas ao setor de rádio-difusão – embora se reflita nele. Tais movimentos são realidades históricas complexas e heterogêneas, que operam em diversos sistemas organizativos, situam-se em mais de um sistema político e agem em uma sociedade em que diversos modos de produção coexistem (Melucci, 2001). Os ativismos de mídias aqui tratados, portanto, lidam com uma gama de problemas, envolvem diferentes atores e orientam-se em face a vários objetivos. Sua forma de organização, além disso, se dá localizadamente e não se dirige, necessariamente, à esfera das decisões políticas. Com efeito, tomando emprestado a nomenclatura de Benkler (Silveira et al, 2006), é possível organizar em três camadas o conjunto de conflitos aos quais as políticas radicais de mídia no Brasil se referem, direta ou indiretamente. Esse é um esforço de sistematização analítica para identificar a dimensão que prevalece sobre as outras e as formas como

elas se combinam

A **camada física** é o primeiro desses níveis de conflito. Está relacionado à propriedade dos fios e às licenças de transmissão por ondas de rádio e nos remete ao atual mercado altamente concentrado da comunicação comercial no país – tema que vem recebendo valorosas contribuições (Lima, 2004 e 2006; Rocha, 2006; Felgueiras, 2007; Andrioti, 1993; Moraes, 2003; entre muitos outros). Nesse sentido, a comunicação constitui como se sabe uma instância relevante da socialização, no sentido dos processos pelos quais os sujeitos são levados a adotar os padrões de comportamento, normas, regras e valores do seu mundo social. Em particular, é interessante resaltar duas faces desse processo de socialização: a política e aquela referente ao consumo de uma forma geral - e, de forma mais específica, o uso de equipamentos, de rádios a aparelhos de tvs e computadores, construídos como engrenagens com as quais deve-se estabelecer uma relação de passividade receptiva e não de autonomia produtiva.

A **camada lógica** é o segundo nível de conflitos e, ainda seguindo Benkler, refere-se a "padrões, protocolos e softwares necessários, como os sistemas operacionais" e que "oferecem um ponto de controle sobre o fluxo e, portanto, sobre as oportunidades de produção e compartilhamento de informação e cultura", (Silveira et al, 2006). Esse é o terreno da formação das chamadas “comunidades de desenvolvimento”, que procuram criar plataformas tecnológicas e usos alternativos com base nos quais ambientes comunicacionais fora do

eixo comercial se estruturam, produzem e distribuem um enorme leque de bens culturais – músicas, vídeos, programas de rádio, programas de tv, entre outros. A que exatamente essas plataformas tecnológicas são alternativas? Alternativos aos produtos da indústria do software, protegidos por patentes que dificultam o acesso e o uso devido aos custos que implicam e às limitações técnicas que impõem; alternativos também aos usos pré-determinados pela indústria aos equipamentos físicos – em geral os computadores pessoais.

Por fim, **acamada do conteúdo**, o terreno do controle rígido sobre a informação e a cultura por intermédio principalmente dos monopólios de bens simbólicos (termo que se refere aos arranjos jurídicos reunidos sob a denominação de propriedade intelectual) e da tecnologia. O debate aqui se dá em torno da legitimidade desses monopólios e dos efeitos sobre as possibilidades de expressão cultural na sociedade (Silveira, 2005; Cribari, 2006; Benkler, 2006).

Nas três camadas se expressam de formas diferentes, mas interconectadas, reações a vetores de dominação que o sistema capitalista põe em prática especialmente no que tange ao controle do acesso a informação, cultura e conhecimento no mundo contemporâneo. As experiências analisadas nesse artigo não se pautam pela *mudança* do marco legal do setor de rádio-difusão, através do que se poderia investigar as influências exercidas sobre a esfera institucional das decisões legais ou a procura de visibilidade na agenda da mídia comercial. As formas emergentes de reação política

aqui tratadas revelam-se como expressão de um conflito (Melucci, 2001) que diz respeito principalmente ao controle e à destinação de recursos sociais – neste caso, o espectro eletromagnético de rádiodifusão e dos equipamentos que tornam isso possível, através de usos alternativos –; e de bens imateriais, através de uma *crítica* transversal aos monopólios temporários e artificiais.

Os formatos, virtuosos, desta reação permitem observar influências filosóficas e políticas variadas: características herdadas dos novos movimentos sociais (heterogeneidade, fragmentação, horizontalidade, desvinculação de representação de classe, entre outros); a retomada e ressignificação de um certo legado filosófico (identificado nas obras de Gilles Deleuze, Guy Debord, Michel de Certeau, Gilbert Simondon, entre outros), revelando aspectos de alta reflexividade; uma base de ação anarquista; a influência de uma crítica ao modo de produção capitalista que se reporta aos artifícios legais de apropriação de bens simbólicos comuns (além do próprio Yochai Benkler, identifica-se Gilberto Cocco, Imre Simon, Sérgio Amadeu da Silveira, Maurizio Lazzarato, Yann Moulier Boutang, André Gorz).

Nas principais metodologias e práticas desenvolvidas pelas políticas radicais de mídias a que se refere esse artigo, o eixo central é a concepção segundo a qual todas as formas de tecnologia de informação e comunicação podem ser subvertidas para atuarem fora do modelo e das formas do mercado, com vistas ao registro e

comunicação de subjetividades e vivências não tematizadas pela mídia comercial. O reflexo esperado pelos grupos, coletivos e indivíduos com relação a tais possibilidades abertas são, potencialmente, a afirmação de identidades e de pertencimentos; a criação de espaços de experimentação e de aprendizado; o desenvolvimento de usos mais autônomos das tecnologias da informação e comunicação. Mas, sobretudo, o reflexo esperado é o desenvolvimento de uma ação que é “política em si, que não exige filiação político-partidária ou preparação teórica de antemão e que se baseia em traços da formação cultural brasileira”¹, com chances de fomentar mudanças sociais.

Entre as políticas radicais mencionadas, consideramos as práticas das *Rádios e tvs livres*, a execução de *Jornalismo não comercial*, a prática da *Metarreciclagem* e os estudos de subversão das mídias (a *Submidialogia*), formatos que incorporam influências filosóficas e políticas acima citadas. Tais práticas mantêm entre si um alto grau de hibridação e transversalidade. Aliás, há uma forte vinculação entre a prática ativista, em suas múltiplas formas, e a teoria. Pretendo me concentrar na prática da Metarreciclagem, que passo a descrever resumidamente e analisar em seguida.

A Metarreciclagem

“Uma metodologia que propõe uma perspectiva geradora autonomia para ações inseridas no contexto da inclusão digital”. Essa é uma das mais econômicas e gerais descrições para a Metareciclagem

1 Depoimento dado por Felipe Fonseca, um dos articuladores da Metarreciclagem, ação coletiva tratada mais adiante.

e está disponível no site Mutirão da Gambiarra². A “perspectiva geradora de autonomia” se coloca, por um lado, como o resultado de uma reflexão crítica aos projetos (tanto da iniciativa privada quanto de administrações públicas) de inclusão digital. Por outro, é resultado de entendimento de que há uma falsa obsoletização de computadores e outros equipamentos. E que o processo de reaproveitamento de tais recursos sociais pode e precisa ser direcionado no sentido de criar condições de aprendizado, sustentabilidade e manifestação de experiências comunitárias não-tematizadas na mídia comercial. Esse entendimento implica ainda em que os usos possíveis de tais recursos deve ser guiados pelas necessidades dos usuários, o que reforça a orientação em busca do ideal de autonomia. Os projetos *tradicionais* de inclusão digital se pautam pelo objetivo central de prover acesso às tecnologias digitais em telecentros, onde o uso dos computadores e da internet é pública e com tempo limitado. A crítica a esse modelo ressalta que nele não existe liberdade de apropriação da tecnologia, um processo em que o desenvolvimento das potencialidades seja descoberta e não imposta ou definidas exteriormente, e portanto com poucas chances de resultar em mudança sociais.

Nesta perspectiva, a apropriação tecnológica é entendida como “ferramenta de expressão, de produção simbólica, de efetivo domínio

2 Para este site convergem diversas iniciativas relacionadas, como os blogs e sites pessoais de pessoas envolvidas, com relatos das experiências onde se desenvolvem iniciativas de Metarreciclagem e reflexões mais conceituais; documentação das metodologias usadas; vídeos e tutoriais, fotos e indicação de grupos ativos. Recentemente uma nova funcionalidade foi adicionada: a doação de computadores, cujas mensagens são encaminhadas para a lista de discussão Metarreciclagem.

do saber-fazer e adaptação à realidade local. Enfim, como meio de construção de conhecimento dentro daquilo que pode ser chamado de artesanato tecnológico”, como informa o texto de apresentação do Mutirão da Gambiarra. Em uma de suas formulações conceituais em processo, a Metarreциclagem se coloca como “uma rede aberta que propõe a apropriação tecnológica como metodologia de aprendizado, mobilização, engajamento e transformação social. Insere-se de maneira crítica no contexto da inclusão digital, do ativismo midiático e da mútua influência entre arte e tecnologia”.

Nessa perspectiva, as reflexões feitas pelos integrantes da Metarreциclagem assumem que o usuário tem o direito de descobrir o funcionamento da “caixa preta” e propor novos usos, “tornando-se assim sujeito ativo do desenvolvimento tecnológico”, como afirma um de seus integrantes³. O conhecimento que se gera no processo de apropriação é assumido como ferramenta de emancipação e geração de autonomia e deve, necessariamente ser compartilhado.

O tipo de aproximação entre pessoas e tecnologias que a Metarreциclagem propõe está ancorada na precariedade, por um lado; e no conseqüente improviso, na astúcia, na contribuição informal. Não por acaso, os termos gambiarra e mutirão foram incorporados ao vocabulário como elementos do discurso que explica e justifica teórica e discursivamente essa ação coletiva. Isso porque a gambiarra e o mutirão são identificados com um traço brasileiro e, como tal, articulados como fenômenos que contribuem para o desenvolvimento

3 Afirmação de Felipe Fonseca, um dos articuladores mais importantes de ativismo de mídias no Brasil.

de “uma identidade brasileira no trato da tecnologia e da mobilização social”.

O desenvolvimento da metodologia e dos objetivos gerais da Metarreciclagem ocorreu em grande parte de forma autônoma e não institucionalizada (Caetano, 2006). Ainda assim, isso não impediu que a Metarreciclagem interagisse com diferenciados atores sociais – empresas, governos, organizações sociais, associações de moradores, sindicatos. A captação de computadores velhos, quebrados, fora de uso, considerados “à margem do mundo dos negócios por conta da falsa obsolescência incentivada pela indústria, e que conseqüentemente possui valor comercial baixo ou praticamente nulo”, faz parte desse processo. Ocorre um condicionamento dos computadores, dos quais os futuros usuários, geralmente de comunidades carentes, tomam parte ativamente. Os computadores são abertos e seu funcionamento desmistificado por meio da construção coletiva de conhecimento. Os equipamentos passam a pertencer àqueles que os reciclam, numa perspectiva muito diferente àquela em que funcionam os telecentros *tradicionais*⁴. Desse procedimento é gerado um lixo que pode se converter em fonte de renda, por meio da venda do plástico duro, do metal não aproveitado, dos cabos e outros equipamentos. Além de contribuir com a sustentabilidade da ação, há uma preocupação com a destinação racional de resíduos sólidos na forma de metais e plásticos.

4 O Comitê para Desenvolvimento da Informática (CDI) tipifica o modelo de inclusão digital ao qual a Metarreciclagem se opõe.

Desde o final de 2002 a Metarreciclagem foi incorporada a ações do governo Federal sob o guarda-chuva do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, e mais especificamente pelo conjunto de ações chamado Cultura Digital dentro desse programa. Assim, a Metarreciclagem passou a ser uma das atividades de centenas de Pontos de Cultura no país.

O processo de metarreciclagem é um dos eixos temáticos da ação Cultura Digital. Seu principal objetivo é transformar equipamentos tidos como ultrapassados em tecnologias apropriadas ao desenvolvimento social. Por meio da reutilização de máquinas e componentes usados, várias comunidades podem se apropriar de forma criativa e soberana da tecnologia, decapando computadores, dominando seus códigos e fontes e até mesmo pintando o seu invólucro. Além de representar um reaproveitamento de máquinas e redução de custos, a metarreciclagem visa a criação de identidade do usuário com a máquina, assegurando autonomia tecnológica voltada para o êxito e a continuidade dos **Pontos de Cultura (site do programa Cultura Viva)**.

Potência e derrelição

Qual o campo das oposições no qual a Metarreciclagem pode ser considerada? Se, como afirma Melucci (2001) o campo das oposições permanece constante, e não os atores, precisamos iniciar a análise daquilo que está em jogo nos conflitos, para só então identificar os atores sociais e os reflexos de suas relações sociais. Para Melucci, o poder tornou-se impessoal e se ramifica por intermédio dos grandes aparatos de planejamento e de decisões. Isso ocorre por meio da gestão administrativa de todos os aspectos da vida social (Melucci,

2001). Da mesma forma, as lutas antagonistas se fragmentam e se dispersam na ação de grupos sociais. Um dos aspectos da vida social que sofre essa “gestão administrativa” é o da produção, apropriação e destinação de informação, cultura e conhecimento – recursos sociais centrais das sociedades contemporâneas, entre outros.

Essa generalidade precisa ser desconstruída. Uma forma de fazer isso é entender que a Metarreciclagem se relaciona conflitivamente, nos três níveis acima mencionados:

a) em relação às limitações impostas à manifestação de experiências periféricas não tematizadas na mídia comercial (rádios, Tvs, portais), uma vez que os computadores re-condicionados são convertidos “de uma mera ferramenta de trabalho para um instrumento de comunicação e de uma nova linguagem de criação e expressão, para refletir as necessidades locais de cada comunidade, de cada coletivo, de cada grupo organizado em torno de um fim próprio e de cada articulador do processo de reciclagem”⁵;

b) em relação ao padrão de consumo de bens informáticos, pautado por uma rápida e falsa obsolescência; com a indústria proprietária⁶ do software, na medida em que os computadores metarrecicladados passam a funcionar com softwares livres, o que abre possibilidades de uso dos equipamentos em função das necessidades efetivas dos usuários, de seu aprendizado e, enfim, apropriação dos

5 Afirmação de outro realizador de Metarreciclagem

6 Termo usado para indicar os softwares comercializados, cuja codificação e modificação às necessidades do usuário não são permitidas. Os softwares livres são programas que podem ser copiados, estudados, modificados e redistribuídos sem nenhuma restrição.

recursos físicos e imateriais (conhecimento) desenvolvidos nesse processo;

c) com os monopólios artificiais e temporários de bens simbólicos e não somente por causa do uso de softwares livres, cujo licenciamento de uso não impõe o pagamento de direitos autorais, o que reduz os custos. Mas também porque em muitos casos, as unidades de Metarreciclagem produzem material áudio-visual, que são licenciados de formas⁷ que também podem ser copiados, alterados e distribuídos sem o pagamento de direitos de autor.

De uma forma geral, a Metarreciclagem se coloca como antagonista à forma como certos recursos sociais são produzidos – informação, cultura e conhecimento, por um lado; e à forma como os equipamentos informáticos que permitem o acesso a tais bens são utilizados. Com isso, coloca em questão o modelo hegemônico dos objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento. Assim, não apenas manifesta um conflito entre perspectivas opostas de como a relação entre a produção, destinação e fruição de informação, cultura e conhecimento pode ser mais fecunda à sociedade. Ela também coloca em questão a legitimidade de instâncias do poder, parcialmente representados pelos monopólios artificiais e temporários de bens simbólicos, ao licenciar produção áudio-visual sob as mesmas condições. Ou seja, a Metarreciclagem leva o conflito básico para além dos limites do sistema de relações sociais – alterando as regras, questionando modos de uso estabelecidos e propondo novas

7 A licença mais usada nesses é a Creative Commons

perspectivas para a produção social. Por fim e não menos importante, a Metarreclagem é uma ação coletiva que implica na solidariedade, tomada no sentido da capacidade dos atores se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social (Melucci, 2001).

Essas características indicam que a Metarreclagem é um movimento social antagonista (Melucci, 2001). Segundo Melucci, há outros dois tipos de condutas que se caracterizam como movimentos sociais. Um deles é o movimento reivindicativo, pelo qual “o ator coletivo reivindica uma diversa distribuição dos recursos no interior da organização, luta por um funcionamento mais eficiente do aparato, mas se confronta também com o poder que impõe as regras e as formas de divisão do trabalho” (Melucci, 2001:41). Já o movimento político “exprime um conflito por meio da ruptura dos limites do sistema político. Luta pela ampliação da participação nas decisões e se bate contra o desequilíbrio do jogo político que privilegia sempre certos interesses sobre outros”⁸ (Melucci, 2001:41). Portanto, os movimentos reivindicativos referem-se a sistemas organizativos, caracterizado por papéis e funções, nos quais o poder impõe as regras e as formas de divisão do trabalho – esse nível analítico permite a compreensão da sociedade global, como também instituições e organizações singulares. E os movimentos políticos, aos sistemas em que ocorrem as decisões normativas, através de interesses no interior de regras partilhadas e através de processos de representação

8 A título de exemplificação, nessa categoria é que se encontram grupos com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e o recentemente formado e formalizado Fórum de Mídia Livre no embate por mudanças no estatuto legal da rádio-difusão no Brasil, entre outras.

(Melucci, 1990).

A questão que se coloca é saber o impacto de ações antagonistas como as mobilizadas pela Metarreciclagem. Nenhum movimento social é “puro”, ou seja, necessariamente precisa estabelecer e manter alguma mediação no sistema político ou na organização da sociedade. A produção social mantém vínculos com os sistemas políticos e os mecanismos de organização (dos quais fazem parte os mecanismos de socialização, e portanto os meios de comunicação e de educação). O nível de autonomia desses sistemas em relação à produção social é um fator determinante para medir o impacto de questões antagonistas no interior desses sistemas. Ou seja, o questionamento da produção de recursos de uma sociedade precisa ter mediação no sistema político ou na organização social. Sem uma base instrumental pela qual sejam estabelecidas relações com os mecanismos de representação política e de decisão, tende a entrar num processo de fragmentação e de divisão ao longo das dimensões que definem a sua ação:

O conflito perde a sua raiz social e as suas conotações de antagonismo, e se transforma em busca simbólica de inovação, que toma facilmente a forma de uma contracultura evasiva e marginal, sem alguma incidência sobre os mecanismos cruciais ao sistema. A ação de uma ruptura perde as suas referências conflituais (adversários e aposta em jogo) e torna-se a repetição desesperada de uma rejeição, que se esgota em si mesma, (Melucci, 2001:42 e 43).

A necessidade da vinculação dos movimentos antagonistas à organização social ou ao sistema político, entretanto, é mais marcante nas sociedades com baixo nível de diferenciação, nas quais o Estado é o principal sujeito de unificação e de centralização. Entretanto, graças à crescente diferenciação da sociedade contemporânea e à maior

autonomia dos diversos sistemas que a compõem, a ação antagonista tende a se separar da mediação organizativa ou política (Melucci, 2001). É nesse sentido que a Metarreclagem se filia àquelas ações coletivas que colocam em termos culturais o problema geral do controle sobre recursos coletivos fundamentais.

Metarreclagem e contra-hegemonia

As formas de hegemonia são históricas, nem sempre se dão da mesma forma e variam em função das forças sociais que a exercem. O modelo predominante de produção, distribuição, fruição e controle de informação, conhecimento e cultura materializa uma hegemonia que vem sendo construída há longo tempo. Na teorização de Gramsci, uma revolução cultural deve acontecer e construir a modificação da estrutura social por meio da incorporação de instâncias da sociedade ao movimento racional de emancipação.

A teorização gramsciana supera o conceito de Estado como sociedade política, ao distinguir a sociedade política e a sociedade civil como as duas esferas no seio das superestruturas. Essa superação se dá com o desenvolvimento de uma teoria marxista ampliada do Estado, que, por sua vez, abre espaço para uma reflexão sobre o complexo hegemônico de produção de informação, cultura e conhecimento. Nesse sentido, é necessário compreender e encarar essa indústria não apenas como suporte ideológico dos sistemas hegemônicos de pensamento, consumo e acesso a bens imateriais, mas

também como instâncias da produção de estratégias (no melhor sentido do termo, como desenvolvido por Michel de Certeau) que moldam o processo social. Ao mesmo tempo, é necessário ter em conta que o tecido social comporta ações táticas pelas quais debates, polêmicas, contradiscursos são mobilizados em relação a esse mesmo modelo hegemônico. E tais forma de reação tomam eventualmente a forma de produções midiáticas a partir de conhecimentos e metodologias que ressignificam os aparatos técnicos.

A recorrência argumentativa e teórica da Metareciclagem à antinomia entre tática e estratégia desenvolvida por Michel de Certeau (2003), bem como à utópica forma de organização rizomática, inspirada no pensamento deleuziano (Deleuze & Guattari 1995), incorporam diversas fragilidades. Quais seriam elas? A Metarreciclagem é associada a um leque de ações que se pretendem táticas. Nesse sentido, não comportam, por princípio, uma única conceituação, dado que isso estabeleceria “um dentro”, um local identificável – o que geraria em termos uma contradição com sua filiação. Essa, aliás a razão para tantas possíveis descrições da Metarreciclagem nos sites dedicados à articulação dessa ação coletiva.

“Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário”, (de Certeau, 2003:100 e 101).

O reflexo dessa não-posição e desse não-conceito é a possibilidade de apropriação do termo e de efetiva re-conceituação em bases e em intenções contrárias aos da Metarreciclagem. Isso efetivamente pode ser verificado no uso da palavra “metarreciclagem” pelo Comitê para Desenvolvimento da Informática e da vinculação de laboratórios e telecentros a iniciativas de políticos em comunidades

carentes.

Mais: re-interpretada como ação tática, como a ação astuciosa, do fraco, que ocorre nos interstícios do poder, ou que acompanha os fluxos do poder (Certeau, 2003), é atrelada a uma intenção de constituir uma forma brasileira de apropriação tecnológica baseada em traços culturais como a informalidade, como a habilidade para improvisar, como a solidariedade da ajuda coletiva. Tal interpretação mereceria um tratamento mais demorado e rigoroso do que a sua mera descrição, o que não é possível fazer aqui. O que é importante de reter nesse aspecto mobilizado no discurso de quem faz Metareciclagem é a recorrência a uma “moral do mutirão” como expressão para denotar a necessidade de trabalho coletivo e de compartilhamento em rede dos aprendizados conquistados e as soluções de problemas pela “gambiarra”. “Mutirão” e “gambiarra”, não por acaso, são dois dos termos muito usados nos sites e nas reflexões feitas pelos integrantes dessa ação coletiva. O flanco aberto por essa identificação está na ancoragem da “forma tipicamente brasileira de apropriação tecnológica” à precariedade, à crise, à instabilidade e à deficiência como condições de possibilidade de autonomia, o que por si mesmo é uma contradição despotencializadora.

Entretanto, a referida recorrência ao conceito de tática e à utopia organizativa rizomática também indicam, para uma análise profíqua de ações coletivas como a Metarreciclagem, a necessidade da retomada do conceito de *guerra de posições* como ferramenta analítica

que indique não uma estratégia de acúmulo de posições por um bloco histórico e a alteração da correlação de forças que resulta na tomada do Estado por uma nova classe ou bloco de classes (Coutinho, 1999). Nesse sentido o que está sendo tematizado e vivido nas experiências de Metarrecriação (e noutras políticas radicais de mídias) é o amadurecimento de formas de rupturas parciais com o sistema hegemônico de controle social, político e econômico expresso na forma pela qual bens universais são apropriados, inseridos num ciclo de produção proprietária e transformados em mercadorias cujo acesso se dá de forma conflitiva nos três níveis acima mencionados.

Considerar uma luta de posições nesses termos permite vislumbrar também que movimentos antagonistas operam no interior de diversos sistemas organizativos e em um ou mais sistemas políticos (Melucci, 2001) e que esse fato expressa a pluralidade de significados analíticos de todo movimento concreto. A efetivação de formas diversas de produção social por tais movimentos; a crescente dificuldade em negociar objetivos e formas de ação com a ordem existente do poder social; a dificuldade de estabelecer soluções para os conflitos abrem fissuras sobre as quais se apóia o modelo hegemônico de produção social. Essas fissuras se cristalizam (amadurecem) à medida que a sociedade como um todo caminha no sentido de conquistas político-culturais.

Comentários finais

Essa análise não se pretende otimista. É preciso ter claro que a Metarreiclagem como movimento antagonista tem uma curta duração, mas como prática social é mais antiga. Ela encontra hoje e provavelmente encontrará mais à frente desafios sérios cuja superação dependerá em grande parte de livrar-se das limitações impostas pelas influências teóricas que recebeu e desenvolver canais de negociação como o poder público que contribuam em médio e longo prazo com a conquista de uma autonomia possível.

A pena caso isso não aconteça é a despotencialização. É, ck o indicado por Melucci em citação acima, a perda da raiz social e de suas conotações de antagonismo e conseqüentemente, sua conversão numa busca simbólica de inovação que toma a forma não somente de uma contracultura evasiva e marginal. Mas que também se filia docilmente como mera metodologia de ensino à mercê de interesses que em nada têm em comum com as idéias que lhe mobilizaram inicialmente.

Referências bibliográficas

ANDRIOTTI, Cristiani Dias. **O Movimento das rádios livres e comunitárias e a democratização dos meios de comunicação no Brasil**. Campinas, SP. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Unicamp, 1993.

BENKLER, Y. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom**. New Haven and Londres: Yale

University Press, 2006.

CAETANO, M. **Tecnologias de resistência: Transgressão e solidariedade nos Media Tácticos**. Porto, Portugal. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Portugal, 2006.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano. Volume 1. Artes do fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CRIBARI, Isabela (org.) **Produção cultural e propriedade intelectual**. Recife: Editora Fundação Joaquim Nabuco, 2006.

CLAUSEWITZ, K. **De la guerre**. Paris: Minuit, 1955.

COUTINHO, C.N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

FELGUEIRAS, Carmem Lúcia Tavares. **Para uma política pública de comunicação. O embate entre o Estado e a sociedade civil**. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, PE. GT Emancipação, cidadania e reconhecimento.

GARCIA, D. e LOVINK, G. **The ABC of Tactical Media**, 1997.
Disponível em <http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-1-9705/msg00096.html>.

GORZ, André. **O Imaterial. Conhecimento, Valor e Capital**. 1ª. Edição. São Paulo: Annablume, 2005.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4ª. Edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

- LAZZARATO, M.; Negri, T. **Trabalho intelectual: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LIMA, V. **Mídia: teoria e política**. Porto Alegre: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006..
- LESSIG, Lawrence. **Cultura livre**. Como a grande mídia usa a tecnologia e a lei pra bloquear a cultura e controlar a criatividade. 1ª. Edição. São Paulo: Trama Editorial, 2005.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente**. 1ª. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- _____. **Sistema político, partiti e movimento social**. 2ª. Edição. Milano: G. Feltrinelli, 1990.
- MOTA, M.E. 2007. **TV, Estado e "opinião pública": as disputas em torno do modelo de radiodifusão brasileiro**. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia.
- MORAES, Dênis (org.) **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- MUTZENBERG, R. **Ações coletivas, movimentos sociais: Aderências, Conflitos e Antagonismo social**. Recife, PE: 2002. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- OLIVEIRA, F. De; PAOLI, M. C. (1999). **Os sentidos da**

democracia – política do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Vozes; Brasília, NEDIC.

SILVEIRA, S. A. **A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível.** Tese de doutorado defendida em 31 de outubro de 2005 no Departamento de Ciência Política da USP.

SILVEIRA, S. A. ; BRANT, J., GINDRE, G., BENKLER, Y., WERBACH, K. (2007). **Comunicação digital e a construção do commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SIMON, Imre; VIEIRA, Miguel Said. **A propriedade intelectual diante da emergência da produção social.** Artigo publicado em - <http://www.ime.usp.br/~is/papir/pips-19mar07.pdf> e lido em junho de 2007.

Luiz Carlos Pinto é doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Tem formação em jornalismo, como mestrado em sociologia. É bolsista do CNPq. Email: lula.pinto@gmail.com